

Educação Infantil Sob a Perspectiva da Base Nacional Comum Curricular

Jaqueline Demeterko

Graduanda em Pedagogia (FAP)

Gabriela da Silva Sacchelli

Doutoranda em Educação (UEL) – Docente no curso de Pedagogia (FAP)

RESUMO

Este trabalho aborda a Educação Infantil sob a perspectiva da Base Nacional Comum Curricular, cujo objetivo é investigar como a organização curricular da etapa de ensino Educação Infantil está estruturada no documento. Para a realização da pesquisa, foi realizada uma revisão teórica acerca da história da Educação Infantil, apresentação da Base Nacional Comum Curricular, bem como seus principais objetivos, seu conceito de criança e as suas orientações curriculares para a organização do ensino na Educação Infantil. O estudo foi feito com base na análise qualitativa, por meio da pesquisa bibliográfica e documental. Constatou-se que os campos de experiência constituem a organização curricular da Educação Infantil, segundo a Base Nacional Comum Curricular.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa aborda uma análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Infantil como um documento normativo e norteador das práticas pedagógicas da primeira etapa da Educação Básica pública e privada de todo o país e estabelece as aprendizagens essenciais e comuns para os alunos desenvolverem ao longo da trajetória escolar. O problema de pesquisa é direcionado na seguinte questão: Como a organização curricular da etapa de ensino Educação Infantil está estruturada no documento?

Para isso objetivou-se compreender como aconteceu a Educação Infantil, desde o século XVI até a elaboração da BNCC no ano de 2018, apresentar o documento, seus principais objetivos, compreender o conceito de criança e detalhar as suas orientações curriculares para a organização do ensino na Educação Infantil. Para tanto foi necessário a realização de uma pesquisa qualitativa na modalidade documental, buscando nas bases oficiais, especificamente a BNCC para a

Educação Infantil e a pesquisa bibliográfica, em materiais já elaborados e publicados, como livros e artigos científicos sobre a temática.

O trabalho está organizado em seções. A primeira apresenta os marcos históricos da desigualdade da Educação Infantil brasileira. A segunda a construção política de infância na contemporaneidade e a última discorre sobre a BNCC e a estrutura da Educação Infantil em campos de experiência.

Marcos Históricos da Desigualdade da Educação Infantil Brasileira

Os primeiros colonos que chegaram ao Brasil no século XVI impuseram o modelo de educação europeia aos nativos que aqui habitavam, “aprender uma língua e um código de escrita desconectados de sua cultura e amar um deus que não era o seu Deus foram princípios educativos impostos pelos jesuítas às crianças indígenas”, é o que explica Marques, Pegoraro e Silva (2019, p. 04).

A escravidão dos povos indígenas mais tarde somou-se a escravidão dos povos africanos. O grande crescimento populacional, configurações de uma colonização violenta, resultou na miséria brasileira e com isso em muitas crianças abandonadas, imersas a condições de vidas precárias. A sociedade, preocupada com essa situação, acolhia as crianças em casas de misericórdia, chamadas de roda dos expostos, ou recorriam a adoção (MARQUES; PEGORARO; SILVA, 2019).

Somente no final do século XIX surge a educação institucionalizada. Em 1875 o setor privado ofertava educação pré-escolar privada aos filhos da elite, em 1896 surgiu o primeiro jardim de infância público elitizado e em 1899 foram criadas instituições pré-escolares para crianças filhos de operários com maior poder aquisitivo (SOUZA, 2007).

Segundo Souza (2007), em decorrência da industrialização, as mulheres foram inseridas no mercado de trabalho e precisavam de um local onde pudessem deixar seus filhos. Passaram, então, a reivindicar por instituições que ofertassem educação e cuidado. A autora, ainda relata que, de 1900 a 1920, foram criadas instituições infantis de caráter assistencialista, mas, somente entre 1930 a 1970, as primeiras instituições dedicadas à educação e cuidado. Nessa época educava-se para preparar as crianças para o desempenho na escola formal, para compensar a falta – já que havia a visão de que, por serem pobres, eram desprovidas de competências e habilidades, a fim de prepará-las para serem mãos-de-obra

produtivas. Já, os filhos da elite, recebiam uma educação de melhor qualidade, com a finalidade de prepará-los para dirigir a sociedade e a exploração (SOUZA, 2007).

Durante muito tempo, conforme descreve Paula (2004, p. 02), “a infância [...] inexistia ou ficava adstrita a escassos momentos”, segundo a autora, a criança era concebida como “‘vir a ser’, ‘tábula rasa’, ‘adulto em miniatura’”. Felizmente, no decorrer dos anos, essa concepção foi resignificada e foi surgindo um sentimento pela infância, é o que relata Almeida (2000, p. 27) quando menciona a “afirmação da infância como construção social e um olhar sobre as crianças que as considera como sujeitos activos (produtores de práticas e de representações)” (apud Paula (2004, p.04).

Construção Política da Infância na Contemporaneidade

A Educação Infantil, em nível constitucional, foi abordada somente na Lei Maior de 1934, o enfoque na atual Constituição Federal de 1988. A educação de crianças de até cinco anos em creches e pré-escolas foi assegurado como direito, dever do Estado e da família e a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a Educação Infantil passou a ser definida como a primeira etapa da Educação Básica, garantindo também a sua gratuidade.

Segundo Marques, Pegoraro e Silva (2019, p. 18), a criação de uma base nacional comum curricular “está prevista na CF/1988 do Brasil, na LDB/1996 e no PNE/2014, com a intenção de melhorar a qualidade da educação básica e amenizar fortes disparidades entre aquilo que é ensinado nos diferentes locais, estados e regiões brasileiras”. O Ministério da Educação e Cultura (MEC), em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, elaboraram com o apoio de diversas entidades representativas dos diferentes segmentos envolvidos com a educação básica, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, finalizada em 2018 e aprovada para entrar em vigência no começo do ano de 2020.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo

aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN). (BRASIL, 2018, p. 05).

A BNCC é uma referência obrigatória de caráter complementar que abrange toda a educação básica pública e privada do país, contempla as aprendizagens essenciais e comuns que todo aluno tem o direito de desenvolver ao longo de seu trajeto na educação escolar (BRASIL, 2018).

A base de aprendizagem proposta pelo documento é o desenvolvimento de dez competências que contemple todas as dimensões do desenvolvimento humano: cognitivo, acadêmico, intelectual, físico, social, emocional e cultural. Ou seja, para desenvolver nos alunos conhecimentos, habilidades e valores que resultem na vivência de atitudes positivas no pleno exercício da cidadania, que o prepare para o mundo do trabalho e que contribua para uma sociedade justa, democrática e inclusiva. A educação integral explícita nas dez competências, também objetiva desenvolver nos alunos as potências necessárias para viver e contribuir na sociedade moderna do século XXI (BRASIL, 2018).

Inicialmente a BNCC retoma o conceito de Educação Infantil, resgatando a importância dessa etapa na formação da criança, considerando-a como sujeito ativo. É o que podemos observar quando concebe a criança como “ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social” (BRASIL, 2018, p. 38). Portelinha et al (2017) complementa dizendo que o documento compreende a criança como ser que produz cultura e constrói seu conhecimento.

A BNCC reconhece que as creches e pré-escolas devem acolher as vivências e os conhecimentos da criança e articulá-los em suas propostas pedagógicas e que a instituição de Educação Infantil tem o objetivo de expandir e consolidar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades, ofertando uma educação de caráter complementar à recebida na família (BRASIL, 2018).

O documento considera que o brincar e o cuidar são fundamentais na Educação Infantil e afirma que os princípios que devem estruturar as práticas pedagógicas dessa etapa da educação são as interações e as brincadeiras, pois

considera que as crianças aprendem e se desenvolvem quando interagem e brincam com os seus pares, o que já era previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil – DCNEI (2009), ao assegurar que “as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira”. Em outras palavras, a BNCC (2018) aponta que:

Os eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica são as interações e a brincadeira, experiências nas quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização. (BRASIL, 2018, p. 37).

Considerando os eixos estruturantes das práticas pedagógicas, que são a interação, a brincadeira e as dez competências, que objetivam desenvolver na criança conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, a BNCC afirma seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento, que asseguram as condições para que as crianças aprendam e desempenhem um papel ativo juntamente com os seus pares. Os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento são, respectivamente: conviver, brincar, participar, expressar, explorar e conhecer-se. Segundo a Base, os direitos devem ser vivenciados em conjunto com os seus pares e adultos de todas as idades, seja na escola ou fora dela, no seio da sua família ou na comunidade (BRASIL, 2018).

A BNCC ressalta que o processo de ensino e aprendizagem das crianças deve ser natural, espontâneo e intencional, e que “parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças” (BRASIL, 2018, p. 39).

A Base Nacional Comum Curricular e a Estrutura da Educação Infantil em Campos de Experiência

A organização curricular da Educação Infantil na BNCC está estruturada em cinco campos de experiência que devem acolher as experiências e saberes das crianças adquiridos em sua vida cotidiana e entrelaçá-los aos conhecimentos do patrimônio cultural. Estão englobados e articulados aos saberes e conhecimentos essenciais e comuns próprios da Educação Infantil, bem como às competências gerais e os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Os campos de experiências são: “O eu, o outro e o nós”, “Corpo, gestos e movimentos”, “Traços, sons, cores e formas”, “Escuta, fala, pensamento e imaginação” e “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”. A escola, deve criar condições que convidem e provoquem as crianças a terem experiências nos seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento por meio dos campos de experiência, o que significa dizer que, os campos de experiência vão possibilitar que as crianças tenham experiências nos seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento (BRASIL, 2018).

Na BNCC no que se refere à Educação Infantil as aprendizagens essenciais e comuns constituem-se de objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. O documento, divide as crianças de 0 a 5 anos e 11 meses em grupos etários e estabelece quais os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que cada um deve desenvolver, reconhecendo que cada grupo tem especificidades e não podem ser considerados de forma rígida, pois há diferenças de ritmo na aprendizagem e no desenvolvimento das crianças.

Em linhas gerais, a Base reconhece a criança como sujeito ativo, produtor de cultura e construtor do seu conhecimento (PORTELINHA et al, 2017), sendo capaz de construir sentidos e atribuir significados a si mesmo e ao mundo ao seu redor. A escola deve organizar seus documentos curriculares, propostas e ações pedagógicas com intencionalidade, na medida que garantam aprendizagens e desenvolvimentos nos cinco campos de experiência, possibilitando que a criança aprenda nos seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento (BRASIL, 2018).

A interação com o outro por meio das pluralidades de situações – que certamente devem envolver a brincadeira, geram aprendizagens, que proporcionam desenvolvimento, isso significa dizer que o desenvolvimento, segundo Alves (2019), é fruto das experiências vivenciadas. Além disso, conforme descreve Pasqualini e Eidt (2016), não acontece de maneira biologicamente natural e espontâneo, mas é compreendido como um processo histórico-cultural, condicionado essencialmente pela experiência sociocultural do indivíduo, ou seja, a criança aprende o que vivencia, seu desenvolvimento depende da qualidade das mediações.

Alves (2019, p. 81) ainda destaca que “[...] antes a lógica estava no conteúdo. Hoje ela está nas práticas sociais”. Por isso é de extrema importância na Educação Infantil envolver totalmente a criança, a fim de mobilizar no sujeito ações de exploração de diversas situações, buscando garantir o desenvolvimento psíquico

infantil. Diante dessa nova lógica, foram elaborados os campos de experiência, na relação experiência-aprendizagem-desenvolvimento (BRASIL, 2018).

Como descreve a BNCC os campos de experiência constituem um arranjo curricular que acolhe os saberes, as situações e as experiências da criança e os entrelaçam aos conhecimentos do patrimônio cultural, ou seja, o documento reconhece que as crianças são sujeitos históricos possuidores de conhecimentos adquiridos na vivência do seu cotidiano e que esses conhecimentos e saberes precisam ser ampliados, consolidados e inseridos como parte da cultura (BRASIL, 2018).

Como dito anteriormente, tendo em vista a interação e a brincadeira, os campos de experiência estão englobados e articulados aos saberes e conhecimentos essenciais e comuns próprios da educação infantil, às competências gerais e ao direito de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se. Cabe a escola, criar condições que convidem e provoquem as crianças a terem experiências nos seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento por meio dos campos de experiência.

Os campos estão inter-relacionados e são indissociáveis, cada um possui objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que discorrem o que se deseja desenvolver nas crianças ao longo da Educação Infantil, por serem integrados, eles podem estar presentes em uma mesma proposta pedagógica, conforme aponta o Movimento Pela Base (2019). Tais objetivos, devem ser vivenciados por três grupos etários divididos entre creche e pré-escola. Quanto à creche, compreende o grupo dos bebês de zero a 1 ano e 6 meses, e o grupo das crianças bem pequenas, de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses e, quanto à pré-escola, o grupo das crianças pequenas de 4 anos a 5 anos e 11 meses (BRASIL, 2018).

Os campos de experiência são: “O eu, o outro e o nós”; “Corpo, gesto e movimentos”; “Traços, sons, cores e formas”; “Escuta, fala, pensamento e imaginação”; “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”.

Quadro 1 – Campos de Experiência Segundo a BNCC

Campo de experiência	Conceituações
O eu, o outro e o nós	Diz respeito às experiências relacionadas às interações sociais que permitem à criança, construir seu próprio modo de ser, conhecer e respeitar o modo de ser do outro, desenvolver autonomia e senso de autocuidado. Para tal, é preciso criar

	condições que convidem a criança a ter contato com diferentes grupos sociais e culturais.
Corpo, gestos e movimentos	Menciona as experiências com as diferentes linguagens, onde a criança com o corpo, os gestos e os movimentos explora, conhece, se relaciona, se expressa, comunica, brinca, experimenta emoções e sensações e aos poucos vai tomando consciência da sua corporeidade, dos seus limites e da sua liberdade. Para isso na educação infantil, ela necessita explorar e ocupar variados espaços com o corpo.
Traços, sons, cores e formas	Aborda as experiências com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, que permitem que a criança vivencie diversas formas de expressão e linguagem e a partir dessas experiências, produza suas próprias manifestações, desenvolvendo senso crítico e estético, conhecendo a si mesmo e tudo quanto estiver ao seu redor. Para isso, ela deve vivenciar, apreciar e produzir diversas manifestações.
Escuta, fala, pensamento e imaginação	Compreende as experiências que a criança deve vivenciar relacionadas à cultura oral, à leitura, à iniciação da compreensão e o uso social da escrita como sistema de representação da língua. Para isso, elas devem desde cedo participar de experiências onde possam falar, ouvir, imaginar, manipular livros, escutar do professor leituras de literatura infantil e manifestar o início da escrita por meio de rabiscos e garatujas.
Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações	Compreende as experiências relacionadas ao mundo físico e social, quanto aos espaços, tempos, fenômenos naturais, socioculturais e os mais variados conhecimentos matemáticos que a criança precisa desenvolver para ampliar seu conhecimento de mundo e utilizá-lo em suas vivências.

Fonte: Autora do trabalho (2021).

A BNCC (2018) também orienta sobre a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, estabelecendo estratégias de acolhimento e adaptação para os docentes e para as crianças, a fim de que a nova etapa seja construída sobre o que os educandos sabem e são capazes de fazer, de modo que as aprendizagens sejam continuadas, aprofundadas e ampliadas.

Como dito anteriormente, a BNCC é um documento norteador das práticas pedagógicas e “parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a

pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças”. (BRASIL, 2018, p. 39).

Nesse sentido Marsiglia e Martins (2016), descrevem que na Educação Infantil, o trabalho pedagógico, deve ser organizado com clareza, e para isso, é necessário planejar o ensino por etapas, definindo objetivos, estabelecendo conteúdos, recursos, espaço-tempo, bem como compreender a dinâmica criança/entorno social e as características do seu período de desenvolvimento. As autoras, ainda salientam que planejar o trabalho pedagógico é indispensável para uma educação escolar de qualidade, “rica em possibilidades e intervenções que possibilitem aos indivíduos a apropriação da cultura em suas formas mais desenvolvidas” (MARSIGLIA; MARTINS, 2016, p. 582).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como a BNCC é relativamente nova e desperta muitos questionamentos aos educadores, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental com o objetivo de investigar como a organização curricular na Educação Infantil está estruturada no documento, bem como compreender como aconteceu a educação das crianças desde o século XVI até a sua elaboração no ano de 2018; apresentar a Base e seus principais objetivos; compreender o conceito de criança e detalhar suas orientações curriculares para a organização do ensino na Educação Infantil.

Inicialmente constatou-se que segundo Marques, Pegoraro e Silva (2019) os primeiros europeus que chegaram ao Brasil impuseram uma educação completamente desconectada da realidade das crianças indígenas, africanas e afrodescendentes, o grande crescimento populacional e a miséria fizeram com que muitas crianças fossem abandonadas ou vivessem em condições de vidas precárias. Souza (2007), descreve que somente no século XIX, surgiu a educação institucionalizada pelo setor privado, para os filhos da elite e para os filhos dos operários com maior poder aquisitivo.

Ainda segundo este mesmo autor, em decorrência da industrialização, muitas mulheres adentraram no mercado de trabalho e passaram a reivindicar por instituições que ofertassem educação e cuidado. Nessa época os filhos dos operários recebiam uma educação diferente dos filhos da elite. Paula (2004), descreve que durante muito tempo a infância inexistia ou era restrita a escassos momentos, a criança era vista como “vir a ser”, “tábula rasa”, “adulto em miniatura” e

que no decorrer dos anos foi surgindo um sentimento pela infância, a qual, foi ressignificada.

Constatou-se muitas conquistas na Educação Infantil. A educação de crianças de até cinco anos em creches e pré-escolas foi assegurada como direito, dever do Estado e da família e a partir da aprovação da LDB 9.394/96, passou a ser definida como a primeira etapa da Educação Básica.

Descobriu-se também que a criação de uma Base Nacional Comum Curricular, conforme aponta Marques, Pegoraro e Silva (2019), já era prevista na CF/1988, na LDB/1996 e no PNE/2014, a fim de melhorar a qualidade da Educação Básica e amenizar as grandes diferenças entre aquilo que é ensinado nos diferentes locais, estados e regiões brasileiras. Assim sendo, o Ministério da Educação e Cultura, elaborou a BNCC, a qual foi finalizada em 2018 e aprovada para entrar em vigência em 2020.

Verificou-se também que a BNCC é um documento direcionado a toda a Educação Básica pública e privada do país, sendo uma referência obrigatória de caráter complementar, que define as aprendizagens essenciais e comuns que todo aluno deve desenvolver ao longo do seu percurso na Educação Básica, de modo que sejam assegurados os seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Observou-se, ainda, que o documento relata que a base de aprendizagem é o desenvolvimento de dez competências que contempla todas as dimensões do desenvolvimento humano, a fim de desenvolver no aluno conhecimentos, habilidades e valores que resultem na vivência de atitudes no pleno exercício da cidadania, que o prepare para o mundo do trabalho e que contribua para uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Constatou-se também que a BNCC da Educação Infantil considera a criança como sujeito ativo que produz cultura e constrói seu conhecimento (PORTELINHA et al, 2017). E que as interações e as brincadeiras são os eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da educação. O documento afirma seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento que asseguram as condições para que as crianças aprendam, ressaltando que o processo de ensino e aprendizagem das crianças deve ser natural, espontâneo e intencional, e que “parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças” (BRASIL, 2018, p. 39).

Verificou-se que a organização curricular da Educação Infantil na BNCC (2018) está estruturada em cinco campos de experiência que devem acolher as experiências e saberes das crianças adquiridos em sua vida cotidiana e entrelaçá-los aos conhecimentos do patrimônio cultural. Os campos estão englobados e articulados aos saberes e conhecimentos essenciais e comuns próprios da Educação Infantil, bem como às competências gerais e os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

O Movimento Pela Base (2019) pontua que os campos de experiência estão inter-relacionados e são indissociáveis, ou seja, podem estar presentes em uma mesma proposta pedagógica, cada um possui objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que discorrem o que se deseja desenvolver nas crianças ao longo da Educação Infantil. E, por fim, observou-se que a BNCC também orienta como deve ser feita a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.

Essas e outras possíveis perguntas foram respondidas ao longo do trabalho e compreendeu-se que a organização curricular na Educação Infantil está estruturada na BNCC nos cinco campos de experiência, os quais são: “O eu, o outro e o nós”; “Corpo, gestos e movimentos”; “Traços, sons, cores e formas”; “Escuta, fala, pensamento e imaginação”; “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”.

Cada campo de experiência contempla objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que discorrem o que se deseja desenvolver nas crianças ao longo de seu percurso na Educação Infantil e devem acolher as experiências e saberes das crianças adquiridos em sua vida cotidiana e entrelaçá-los aos conhecimentos do patrimônio cultural, estão englobados e articulados às competências gerais, à interação e à brincadeira e ao direito de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se. A escola deve organizar seus documentos curriculares, propostas e ações pedagógicas com intencionalidade, na medida que garantam aprendizagens e desenvolvimentos nos cinco campos de experiência, possibilitando que a criança aprenda nos seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

A BNCC, é um documento que havia sido previsto e idealizado na CF/1988 do Brasil, na LDB/1996 e no PNE/2014, e foi elaborado pelo MEC com a intenção de melhorar a qualidade da educação brasileira e ofertar um ensino mais significativo e contextualizado. Mas, a sua elaboração e aprovação ainda não é suficiente. É

necessário que o documento seja estudado e explorado pelos educadores, para que eles entendam o seu propósito, sua organização curricular e as suas orientações para a aplicabilidade nas práticas pedagógicas.

A Base, precisa ser de fato interpretada e inserida nas vivências escolares, afim de ofertar uma educação integral, significativa e próxima da realidade dos estudantes, para então superar modelos educacionais ainda deficientes e mudar a realidade da educação brasileira. Esses, são princípios fundamentais que todo educador deve refletir e se apropriar ao organizar seu planejamento escolar e atuar frente a Educação Básica Brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante os estudos realizados nesse trabalho podemos compreender que a organização curricular na Educação Infantil está estruturada na BNCC por meio dos cinco campos de experiência, que possuem objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, os quais abrangem as competências gerais, a interação e a brincadeira, além dos seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento da criança. A escola deve organizar o ensino, afim de garantir que as crianças vivenciem experiências de aprendizagem e desenvolvimento garantindo o direito de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se.

O presente estudo busca contribuir para a ampliação e consolidação de novas aprendizagens para o auxílio dos professores que muitas vezes se sentem perdidos em entender como a organização curricular na Educação Infantil está estruturada na BNCC.

Durante a pesquisa novos horizontes foram visualizados com questionamentos ainda a serem explorados, os quais poderão ser respondidos em pesquisas futuras, com vistas a investigar, por exemplo, as especificidades e quais atividades podem ser desenvolvidas em cada campo de experiência.

Por fim, sinto-me lisonjeada em desenvolver essa pesquisa que me oportunizou novas aprendizagens, abriu caminhos e também me permitiu explorar esse documento tão esperado que é a BNCC. Sinto-me realizada em saber que ela reconhece a criança como sujeito ativo e protagonista da sua história, afirma direitos e desenvolve toda uma estrutura para a organização do ensino nas creches e pré-escolas de todo o país.

Espero que a sua elaboração contribua para a qualidade da educação, afinal o documento nos mostrou que existe um repertório de possibilidades de ensino que devem ser exploradas com o objetivo de desenvolver uma educação integral e de qualidade e espero também que as conquistas educacionais não parem por aqui, mas que tenhamos documentos, novas perspectivas e novos universos a desvendar.

REFERÊNCIAS

ALVES, V. T. **Campos de Experiência pela teoria de Vygotsky**. Cadernos de Educação, v. 18, n. 36, p. 73-87, 2019. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistasims/index.php/cadernosdeeducacao/articloe/view/9739>>. Acesso em: 06, de abr. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf>. Acesso em: 11, de out. de 2021.

_____, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase>>. Acesso em: 01, de abr. de 2020.

MARQUES, C. M.; PEGORARO, L.; SILVA, E. T. da. **Do assistencialismo à Base Nacional Comum Curricular (BNCC): movimentos legais e políticos na Educação Infantil**. Revista Linhas, v. 20, n. 42, p. 255-280, 2019. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723820422019255>>. Acesso em: 14, de abr. de 2020.

MARSIGLIA, A. C. G.; MARTINS, L. M. Planejamento pedagógico à luz da pedagogia histórico crítica. IN: BAURU. Secretaria Municipal de Educação. **Proposta pedagógica para a Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino de Bauru**. Bauru: Secretaria Municipal de Educação, p. 575-584, 2016. Disponível em: <https://www2.bauru.sp.gov.br/arquivos/arquivos_site/sec_educacao/proposta_pedagogica_educacao_infantil.pdf>. Acesso em: 18, de nov. de 2020.

MOVIMENTO PELA BASE. **Campos de experiência: efetivando direitos e aprendizagens na educação infantil**. Movimento Pela Base, 2019. Disponível em: <<http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2019/04/Campos-de-Experi%C3%A7%C3%A3o-Interativo-2.pdf>>. Acesso em: 10, de jun. de 2020.

PASQUALINI, J.; EIDT, N. M. **Periodização do desenvolvimento infantil e ações educativas**. Proposta pedagógica para a Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino de Bauru. Bauru: Secretaria Municipal de Educação, p. 101-148, 2016. Disponível em: <<http://ead.bauru.sp.gov.br/efront/www/content/lessons/62/Periodiza%C3%A7%C3>

A3o%20do%20%20desenvolvimento%20infantil%20e%20a%20a%C3%A7%C3%B5es%20educativas.pdf.> Acesso em: 25, de mar. de 2021.

PAULA, E. de. **Crianças e infâncias:** universos a desvendar. Zero-a-Seis, v. 6, n. 10, p. 33-41, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/10048/9241>.> Acesso em: 09, de abr. de 2020.

PORTELINHA, Â. M. S. et al. **A Educação Infantil no Contexto das Discussões da Base Nacional Comum Curricular.** Temas & Matizes, v. 11, n. 20, p. 30-43, 2017. Disponível em: <<http://erevista.unioeste.br/index.php/temasematizes/article/view/16632>.> Acesso em: 06, de abr. de 2020.

SOUZA, M. C. B. R. de. **A concepção de criança para o enfoque histórico-cultural.** 2007. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/102252>.> Acesso em: 09, de abr. de 2020.